

**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**

**PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
DE PORTO NACIONAL**

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Marcelo de Carvalho Miranda - Governador
Raimundo Nonato Pires dos Santos – Vice-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Lívio William Reis de Carvalho – Secretário
Nilton Claro Costa - Subsecretário

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Belizário Franco Neto - Diretor

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Humberto de Campos
Rosângela A. F. Benvindo
Elaine Maria da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Paulo Sardinha Mourão

COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL

José Roque Rodrigues Santiago – Secretário Executivo Municipal de Orçamento Participativo - Coordenador

Edgar Mascarenhas Tavares – Vice-Prefeito

Joaquim Medrado de Sousa – Secretário Executivo Municipal de Produção Urbana e Emprego

AGRADECIMENTOS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO LOCAL AOS SEGUINTE COLABORADORES

CEM Félix Camôa

CEM Profº. Florêncio Aires da Silva

Colégio Sagrado Coração de Jesus

Instituto de Ensino Superior de Porto Nacional – IESPEN

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Deusina Ribeiro dos Reis Pereira – Escola Família Agrícola

Dr. Eduardo Manzano – Secretário Municipal da Saúde

Francisco Mascarenhas – Advogado

Iarirene da Costa Braga – Vereadora

Marcos Antônio da Silva – Administrador do Aeródromo de Porto Nacional

Pe. José Moreira da Silva – Diocese de Porto Nacional

Prof^ª. Alaíde Carvalho de Moura – Chefe de Gabinete Relações c/ a Comunidade – Prefeitura Municipal

Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira – UFT

Prof^ª. Hingre de Bergma C. Luz – Prefeitura Municipal

Prof. Msc. Maurício Alves da Silva – UFT

Prof. Msc. Napoleão Araújo de Aquino – UFT

Prof. Msc. Valdir Aguiar Zittsk - UFT

Prof^ª. Orcina Gomes Mascarenhas

Sgt. Manoel Bonfim Reis Amaral – Tiro de Guerra – Porto Nacional

Cícero da Costa e Silva – Auxiliar da Coordenação Local do Plano Diretor

Heliana Gomes da Silva – Auxiliar da Coordenação Local do Plano Diretor

População de Porto Nacional

ELABORAÇÃO:

ca & co – camargo & cordeiro consultores associados s/s ltda.

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Alberto Cordeiro – Planejamento e Gestão Urbana *

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro – Planejamento Estratégico e Urbano

EQUIPE TÉCNICA

Ademilton Pereira Lima	Aspectos sócio-econômicos
Ana Carolina Coimbra	Aspectos físico-ambientais
Cláudia Martins Dutra	Aspectos jurídicos e institucionais
Denis Vinicius Ricardo da Silva	Cartografia
Gunter Kohlsdorf Spiller	Aspectos urbanísticos e ambientais
José Leme Galvão Júnior	Patrimônio histórico-cultural
Maurício Rafael Petrillo	Digitalização
Yara Camargo Cordeiro	Programação visual

*** Responsável Técnico**

- ◆ Fotografias – Luiz Alberto Cordeiro / Gunter Kohlsdorf Spiller
- ◆ Desenhos – José Leme Galvão Júnior
- ◆ Editoração – Yara Camargo Cordeiro

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE FIGURAS	08
RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS	10
ABREVIATURAS E SIGLAS	13
APRESENTAÇÃO	17
RESUMO EXECUTIVO	19
I – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO	27
1. Aspectos Históricos	27
2. Inserção Regional	31
2.1. Localização	33
2.2. Acessibilidade	36
3. Aspetos Físico-ambientais	40
3.1. Meio Ambiente Natural	40
3.1.1. Aspectos Geofísicos	40
Geologia e Geomorfologia	40
Relevo	43
Declividade	43
Pedologia	46
Erodibilidade	48
Recursos Hídricos	50
Clima	52
3.1.2 Cobertura Vegetal	56
3.1.3. Áreas Ambientalmente Protegidas	58
Unidades de Conservação	58
Áreas de Preservação Permanente	58
3.2. Território Municipal	60
3.2.1. Estrutura Fundiária	60
3.2.2. Utilização da Terra	62
3.3. Estrutura Urbana	63
3.3.1. Configuração Urbana	63
Assentamento Inicial	63
Estrutura Viária	73
Espaços Públicos e Privados de Uso Público	76
Espaços Privados na Área Histórica – Residenciais e Comerciais ...	79
Cheios e Vazios	80
Configuração Arquitetônica	81
3.3.2. Patrimônio Histórico-Cultural	82
3.3.3. Usos e Ocupação do Solo	84
3.3.4. Ocupação da Orla do Lago	85
3.3.5. Habitação	86

3.3.6. Comunicações	87
3.3.7. Energia Elétrica e Iluminação Pública	87
3.3.8. Saneamento Ambiental	90
Abastecimento de Água	90
Esgotamento Sanitário	93
Drenagem	96
Limpeza Urbana	96
Resíduos Sólidos	97
3.3.9. Sistema de Transporte	100
3.3.10. Distritos e Povoados	103
4. Aspectos Sociais	107
4.1. Dinâmica Populacional	109
4.2. Cultura	117
4.3. Educação	120
4.4. Esporte e Lazer	133
4.5. Justiça e Segurança Pública	134
4.6. Promoção Social	134
4.7. Saúde	135
5. Aspectos Político-institucionais	140
5.1. Estrutura da Gestão Municipal	140
5.2. Legislação de Interesse Municipal	142
5.3. Instrumentos de Planejamento e Gestão	146
5.4. Finanças Municipais	147
5.5. Terceiro Setor	149
5.6. Participação Social	150
6. Dinâmica Econômica	150
6.1. Agricultura	153
6.2. Pecuária	158
6.3. Indústria, Comércio e Serviços	160
7. Potencialidade Turística	161
7.1. Atrativos Naturais e Culturais	161
7.2. Meios de Hospedagem	167
7.3. Serviços de Alimentação	167
8. Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Riscos	167
II - CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	209
1 - Construção dos Cenários Prospectivos	209
2 - Cenários Alternativos de Desenvolvimento	215
2.1. Cenário Tendencial – Acomodação	216
2.2. Cenário Contrastado 01 - Expansão Agrícola e Educacional	217
2.3. Cenário Contrastado 02 - Estagnação Econômico-Social	220

2.4. Cenário Contrastado 03 - Diversificação Econômica e Valorização Cultural	222
III – PROPOSTA	234
1. Cenário Futuro Selecionado	234
1.1. Projeção Demográfica para o Cenário Selecionado	237
1.2. Contextualização Econômica do Cenário Proposto	239
Agricultura	239
Pecuária	240
Pesca	240
Agroindústria	241
Turismo	242
Comércio e Serviços	243
Infra-estrutura Municipal	243
2. Objetivo Central	245
3. Estratégias para o Desenvolvimento Municipal e Urbano	245
4 - Ordenamento Territorial	265
4.1. Macrozoneamento	265
4.2. Cidade Desejada	266
4.3. Sistema de Circulação Municipal	283
4.4. Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo nas Macrozonas Urbanas.....	284
4.5. Diretrizes para o Parcelamento do Solo Urbano	285
5 – O Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana	286
5.1. Concepção	286
5.2. Instrumentos de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana	287
5.3. Estrutura Organizacional	290
5.3.1. Conferência da Cidade	290
5.3.2. Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	290
5.3.3. Órgão Central de Planejamento	290
5.4. Sistema de Informações Municipais	291
5.4.1. Organismos Participantes	292
5.4.2. Estruturação e Topologia	293
5.4.3. Conteúdo Básico e Informações Produzidas	294
5.5. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação	295
6.6. Participação Popular e Controle Social	296
BIBLIOGRAFIA	297

RELAÇÃO DE FIGURAS

Fig. 1 – Seminário Dominicano.....	29
Fig. 2 – Porto Nacional - Inserção regional	34
Fig. 3 – Região de influência de Porto Nacional considerada pelo Plano Diretor	36
Fig. 4 – Acessibilidade	39
Fig. 5 – Geologia	41
Fig. 6 – Compartimentação geoambiental	42
Fig. 7 – Formas de relevo	44
Fig. 8 – Declividade	45
Fig. 9 – Pedologia	47
Fig. 10 – Erodibilidade	49
Fig. 11 – Hidrografia	51
Fig. 12 – Clima	53
Fig. 13 – Temperatura	54
Fig. 14 – Precipitação pluviométrica	55
Fig.15 – Cobertura vegetal	57
Fig. 16 – Córregos urbanos degradados.....	59
Fig. 17 – Orla do lago	60
Fig. 18 – Luzimangues	61
Fig. 19 – Estrutura original do assentamento	64
Fig. 20 – Vista aérea da área histórica, com a Av. Beira-Rio	65
Fig. 21 – Nova centralidade urbana	66
Fig. 22 – Evolução dos loteamentos.....	67
Fig. 23 – Loteamentos	69
Fig. 24 – Equipamentos públicos na área central.....	73
Fig. 25 – Pavimentação	75
Fig. 26 – Catedral de N. S. das Mercês	76
Fig. 27 – Igreja S. Judas Tadeu.....	77
Fig. 28 – Praça Centenário.....	77
Fig. 29 – Espaços públicos	78
Fig. 30 – Colégio Sagrado Coração de Jesus	79
Fig. 31 – Casario do núcleo histórico	79
Fig. 32 – Ocupação nos diferentes bairros	80
Fig. 33 – Configuração arquitetônica nos diferentes bairros	82
Fig. 34 – Catedral	83
Fig. 35 – Caetanato	83
Fig. 36 – Orla do lago	85
Fig. 37 – Distribuição de iluminação pública	89
Fig. 38 – Rede de abastecimento de água	92
Fig. 39 – Rede de coleta de esgoto sanitário	95

Fig. 40 – Aterro sanitário	99
Fig. 41 – Escola Brasil.....	103
Fig. 42 – Nova Pinheirópolis.....	104
Fig. 43 – Luzimangues	106
Fig. 44 – Área de atendimento do hospital de Porto Nacional	138
Fig. 45 – Catedral	162
Fig. 46 - Seminário	162
Fig. 47 - Sede da COMSAUDE	163
Fig. 48 – Colégio Sagrado Coração de Jesus	163
Fig. 49 – Igreja S. Judas Tadeu	164
Fig. 50 – Ruínas da cidade Portal	164
Fig. 51 – Praias	165
Fig. 52 – Lago	166
Fig. 53 – Expansão do plantio de soja no Tocantins	212
Fig. 54 - Cidade desejada	268
Fig. 55 – Hierarquização do sistema viário	270
Fig. 56 - Qualificação do espaço urbano do núcleo histórico	273
Fig. 57 - Requalificação da Praça da Catedral	275
Fig. 58 - Ocupação das encostas de fundos de lotes na Av. Beira-Rio	277

RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Região de influência de Porto Nacional – População total, área territorial e densidade demográfica, por município, região e estado	31
Tabela 2 - Distância do município e vias de acesso em relação aos principais centros urbanos	36
Tabela 3 – Número de consumidores, consumo medido, consumo faturado e valores por localidade – 2004	87
Tabela 4 – Percentual de consumidores, consumo medido, consumo faturado e valores por localidade – 2004	88
Tabela 5 – Número de consumidores por classe e localidade – 2004	88
Tabela 6 – Evolução do abastecimento de água	90
Tabela 7 – Abastecimento de água – 2005	91
Tabela 8 – Porto Nacional – esgotamento sanitário	93
Tabela 9 – Esgotamento sanitário – 2005	94
Tabela 10 – Porto Nacional - composição física dos resíduos sólidos urbanos	97
Tabela 11 – Veículos para transporte de pessoas e cargas	100
Tabela 12 – Linhas de transporte intermunicipal	101
Tabela 13 – Porto Nacional - índice de condição de vida – ICV	107
Tabela 14 – Porto Nacional – índice de desenvolvimento humano – IDH	107
Tabela 15 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M – 2000	108
Tabela 16 – Porto Nacional - indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade	108
Tabela 17 – Indicadores de renda, pobreza e desigualdade - 1991 e 2000	109
Tabela 18 – Indicadores de renda apropriada por extratos da população - 1991 e 2000	109
Tabela 19 – Porto Nacional – evolução demográfica	109
Tabela 20 – Taxas de crescimento populacional, por município, região e estado	110
Tabela 21 – Região de influência de Porto Nacional – distribuição da população por situação de domicílio	112
Tabela 22 – Grau de urbanização por município, região e estado	114
Tabela 23 – Razão de sexo na população por município, região, estado e Brasil	114

Tabela 24 – Percentual de população por domicílio e por grupos de idade, por município, região e estado	115
Tabela 25 – População residente por grupos de idade – 1991	116
Tabela 26 – Razão de dependência demográfica – 1991 e 2000	117
Tabela 27 – Porto Nacional – situação da educação municipal – 2004	121
Tabela 28 – Evolução da situação educacional na rede municipal de ensino	122
Tabela 29 – Número de turmas, professores e alunos por nível de ensino	123
Tabela 30 – Índices de aproveitamento dos alunos por nível de ensino	125
Tabela 31 – Evolução da matrícula total	129
Tabela 32 – Funcionários do hospital de referência de Porto Nacional	139
Tabela 33 – Evolução do atendimento no hospital de referência de Porto Nacional	139
Tabela 34 – Cadastro imobiliário	141
Tabela 35 - Receita realizada - 2002 e 2003	147
Tabela 36 – Despesas realizadas – 2003	148
Tabela 37 – Porto Nacional – PIB e PIB <i>per capita</i> (US\$) - 1998	150
Tabela 38 – Indicadores de valor agregado da produção – 2003	151
Tabela 39 – Valor da produção por setor de atividade	152
Tabela 40 – Número de empresas, pessoal ocupado e salário médio	153
Tabela 41 – Principais indicadores da produção agrícola – 2003	154
Tabela 42 – Indicadores da produção agrícola - 2000 a 2003	157
Tabela 43 – Indicadores da pecuária	158
Tabela 44 – Número de cabeças segundo o tipo de rebanhos existentes no município – 2004	159
Tabela 45 – Assentamentos rurais existentes	159
Tabela 46 – Produção de soja, arroz e milho em toneladas – 2003	213
Tabela 47 – Produção de frutas em toneladas – 2003	213
Tabela 48 – Rebanho bovino – 2003	213

Tabela 49 – Os 10 primeiros municípios em arrecadação de ICMS total, agricultura e pecuária	214
Tabela 50 – Projeção Populacional de Porto Nacional – 2000 a 2020	238
Quadro 01 – Loteamentos da sede municipal e Distrito Agro-industrial	70
Quadro 02 – Pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos	168
Quadro 03 – Características e especificidades das diferentes localidades	172
Quadro 04 – Aspectos a serem preservados nas várias localidades	202
Quadro 05 – Comparativo dos atributos dos diferentes cenários	226

ABREVIATURAS E SIGLAS

% - Por Cento

AAP – Área de Preservação Permanente

ADAPEC – Agência de Desenvolvimento Agropecuário

APA – Área de Proteção Ambiental

Art. – Artigo

Av. – Avenida

BA – Bahia

CADUNICO – Programa de Cadastro Único

CAN – Correio Aéreo Nacional

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEF – Caixa Econômica Federal

Cel. - Coronel

CELTINS – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins

CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

CIRETRAN – Circunscrição Regional de Trânsito

COMSAÚDE – Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

conj. - Conjunto

cons. – Consumo

DAC – Departamento de Aviação Civil

DF – Distrito Federal

Distrib. - Distribuição

DOU – Diário Oficial da União

ECT – Empresa de Correios e Telégrafos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Eng. - Engenheiro

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FAB – Força Aérea Brasileira

FAFEB'S – Jogos entre Bairros

FASAMAR – Faculdade São Marcos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDESCOLA – Fundo de Desenvolvimento da Escola

GO – Goiás

h – Horas
ha – Hectare
hab. - Habitantes
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICV – Índice de Condição de Vida
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal
IDHM-E – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação
IDHM-L – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade
IDHM-R – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda
IESPEN – Instituto de Ensino Superior de Porto Nacional
ilum. – Iluminação
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS – Imposto sobre Serviços
ITBM – Imposto sobre a Transferência de Bens Móveis
JEPORTO – Jogos Estaduais de Porto Nacional
km – Quilômetro
km² – Quilômetro quadrado
Kw – Quilowatts
l – Litro
LDO – Leis de Diretrizes Orçamentárias
LO – Licença de Operação
LOA – Leis do Orçamento Anual
Ltda – Limitada
m – Metro
m² – Metro Quadrado
m³ – Metro Cúbico
MA – Macrozona de Proteção Ambiental
MG – Minas Gerais
MinC – Ministério da Cultura
mm – Milímetros
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MR – Macrozona Rural
MS – Mato Grosso do Sul

MU – Macrozona Urbana
N. Sra. – Nossa Senhora
nd. – não declarado
NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins
NBR – Norma Brasileira
nº - Número
°C – Graus centígrados
ONG – Organização não Governamental
Out. – Outubro
PA – Pará
PAC – Programa de Apoio à Criança
PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAM – Produção Agrícola Municipal
part. - Particular
particip. – Participação
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Programa de Desenvolvimento da Escola
PE – Pernambuco
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGIRSU – Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos
PIB – Produto Interno Bruto
PNBE – Programa Nacional Biblioteca Escolar
PNCD – Programa Nacional do Livro Didático
PNTE – Programa Nacional Transporte na Escola
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PP – Poder Público
PPA – Plano Plurianual
PPP – Parcerias Público-privadas
PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PROGESTÃO – Programa de Capacitação para Gestores Escolares
PSF – Programa de Saúde da Família
R\$ - Reais
RS – Rio Grande do Sul
RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
S – Sul
s. – Segundo
SADT - Serviço de Atendimento Diagnóstico e Tratamento
SANEATINS – Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins
SCA – Secretaria de Coordenação da Amazônia
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

séc. – Século
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SEME – Secretaria Municipal de Educação
SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente
serv. – Serviço
SESI – Serviço Social da Indústria
Set. – Setembro
SIVAM – Serviço de Vigilância da Amazônia
SNIU – Sistema Nacional de Informações Urbanas
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP – São Paulo
SQA – Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Urbanos
SUCAM – Superintendência de Combate à Malária
TO – Tocantins
Transf. – Transferências
Tx. - Taxa
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UHE – Usina Hidroelétrica
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil
urb. - Urbano
VAP – Valor Agregado da Produção

APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde à consubstanciação dos trabalhos realizados para a formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental do Município de Porto Nacional, de acordo com o contrato nº. 193/2004, firmado em 24 de setembro de 2004 entre a **Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente** do Estado do Tocantins – SEPLAN e a **ca&co - camargo & cordeiro consultores associados s/s ltda.**

Participaram de todas as etapas de sua formulação o Poder Público, o setor privado e a sociedade civil, sendo os resultados dos trabalhos realizados aqui apresentados como o **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional.**

O presente documento respeita as determinações da Constituição Federal, do Estatuto da Cidade, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município. Acata as especificações do Termo de Referência orientador da contratação dos serviços e parte integrante do contrato mencionado, bem como atende a todas as cláusulas contratuais. Seu conteúdo traduz a consolidação das diferentes etapas do trabalho desenvolvido de forma participativa e apresenta os fundamentos das propostas para o desenvolvimento municipal e urbano, em bases sustentáveis, consideradas as diferentes dimensões desse desenvolvimento.

Compõem o presente documento um Resumo Executivo, com a síntese de seu conteúdo, e três partes distintas:

I – Realidade Atual do Município – a situação atual do município de Porto Nacional, dos seus núcleos urbanos e povoados é analisada nos diferentes aspectos da dinâmica sócio-econômica municipal e urbana. Ao final das análises são identificadas as principais vantagens e limitações ao desenvolvimento local, sejam as próprias do Município – **pontos fortes e pontos fracos** – ou as resultantes de sua inserção regional – **oportunidades e riscos**. Destacam-se, ainda, as especificidades e principais demandas das diferentes localidades, objetivando orientar o desdobramento do processo de planejamento e gestão em planos e programas locais, conforme determina a Lei Orgânica do Município.

II – Cenários de Desenvolvimento – apresenta uma avaliação das principais tendências do desenvolvimento local e regional e estrutura quatro alternativas diferentes para o Município e seus núcleos urbanos, como visões prospectivas, resultantes de combinações possíveis das variáveis da realidade verificada. A análise dessas alternativas levou à definição da situação futura desejada, estabelecida

coletivamente pelos agentes econômicos e atores sociais envolvidos no processo de formulação do Plano Diretor.

III – Proposta – inicia-se com a apresentação do **Cenário Futuro Selecionado** a partir da análise das quatro alternativas discutidas, apresentando, em seguida, a projeção populacional para esse cenário e uma contextualização econômica do mesmo.

O cenário selecionado passou a ser a referência para as propostas apresentadas, que compreendem o objetivo central para o Município, as linhas estratégicas e correspondentes programas de ações necessários ao alcance do objetivo traçado, a proposta urbanística para a sede municipal, diretrizes para o ordenamento territorial e controle do uso e ocupação do solo na sede do Distrito de Luzimangues e dos povoados de Escola Brasil e Nova Pinheirópolis, dentro dos princípios da sustentabilidade econômica, sócio-cultural, urbanística e ambiental. Traz indicações básicas para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana necessário à implementação do Plano Diretor. Faz considerações importantes quanto ao desdobramento do processo em novos instrumentos de planejamento, ao Sistema de Informações Municipais, aos mecanismos de monitoramento e avaliação da implementação do Plano Diretor e à participação popular e controle social, em respeito às diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional fundamenta e explicita as normas constantes no Anteprojeto de Lei do Plano Diretor. Além destes dois documentos, conforme estabelecido no contrato mencionado, são apresentados também o Anteprojeto de Lei do Uso e Ocupação do Solo nas Macrozonas Urbanas do Município de Porto Nacional e o Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Porto Nacional.

Esses documentos, aplicados de forma articulada, deverão orientar as ações públicas e privadas de promoção do desenvolvimento sustentável de Porto Nacional, com ganhos reais na melhoria das condições de vida de todos os seus habitantes.

Julho de 2005

camargo & cordeiro consultores associados s/s ltda

RESUMO EXECUTIVO

A história de Porto Nacional teve início nas ricas minas de ouro do antigo Arraial de Pontal do Carmo e seu desenvolvimento esteve atrelado à navegação do Rio Tocantins e ao comércio com Belém do Pará. Originalmente denominado Porto Real, passou à categoria de vila, com o nome de Porto Imperial, no início do século dezenove. Emancipou-se em 1861 e, com a proclamação da República, teve o nome alterado para Porto Nacional, conforme Decreto Estadual nº 21/ 1890.

Considerada um Portal da Amazônia, a cidade de Porto Nacional localiza-se a 64 km de Palmas, ligando-se a ela pelas TO 050 e 070. Com uma área de 4.753,7 km², ocupa localização estratégica para a Hidrovia Araguaia/Tocantins e para a Ferrovia Norte/Sul.

Da construção da usina hidroelétrica - UHE Luís Eduardo Magalhães resultou um lago artificial no Rio Tocantins, com 630 km² de área inundada, que se estende de Porto Nacional até a barragem do Lajeado, onde se instalou a usina. Esse enorme volume de água oferece numerosas e diversificadas possibilidades de exploração tanto para atividades produtivas quanto para o entretenimento, esporte e lazer para os municípios lindeiros ao lago.

Em função da grande quantidade e diversidade dos atrativos naturais e culturais no seu território, Porto Nacional, juntamente com os municípios de Aparecida do Rio Negro, Brejinho do Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Palmas e Tocantínia, integra o Pólo Ecoturístico de Palmas. Há, nesta região, três Unidades de Conservação: a APA Serras do Lajeado, o Parque Estadual do Lajeado, na capital do Estado, e a APA do Lago de Palmas, no município de Porto Nacional, com cerca de 50.000 ha. Essa última área está sujeita a grande pressão de demanda de ocupação, resultando em loteamentos irregulares ou clandestinos.

O fato de o município de Porto Nacional ser vizinho a Palmas, na rota que a liga ao Jalapão, pólo de ecoturismo de interesse nacional, torna a Cidade estratégica para a instalação de empreendimentos econômicos para desconcentrar e complementar as demandas por bens e serviços por parte da população de Palmas e apoiar o desenvolvimento sustentável do turismo na região.

Porto Nacional enquadra-se na obrigatoriedade legal de elaborar o Plano Diretor pelo tamanho de sua população e pelo fato de ter sido impactado pelo lago resultante da construção da UHE. Pouco mais de 85% da população de Porto Nacional, estimada

em quase 50.000 habitantes, vivem na área urbana, exercendo forte pressão por moradia, infra-estrutura básica e serviços públicos. Entretanto, o Município não está devidamente capacitado do ponto de vista técnico ou institucional para responder a todas essas demandas, além das apresentadas por investidores e visitantes.

Por essas razões, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente e utilizando recursos do Convênio nº. 2003CV00024/SCA, firmado com o Ministério do Meio Ambiente, estabeleceu um Termo de Cooperação com a Prefeitura Municipal de Porto Nacional para a elaboração do seu Plano Diretor, a fim capacitar o Município para atender a todas as demandas mencionadas e promover o seu desenvolvimento sustentável, de forma compartilhada com a iniciativa privada e a sociedade organizada.

A Constituição Federal, no capítulo referente à Política Urbana, estabelece que o Plano Diretor é o **instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável e de expansão urbana** do Município. A Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, confirma e regulamenta esse preceito constitucional, estabelecendo diretrizes gerais para a elaboração do Plano Diretor, dentre as quais cabe destacar:

- ◆ Garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- ◆ Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- ◆ Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- ◆ Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- ◆ Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- ◆ Ordenação e controle do uso do solo, a fim de evitar a utilização inadequada de imóveis urbanos, a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes e o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;

- ◆ Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do município e do território sob sua área de influência;
- ◆ Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- ◆ Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído e do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- ◆ Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação sócio-econômica da população e as normas brasileiras;
- ◆ Simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
- ◆ Isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

Os trabalhos de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional foram desenvolvidos segundo essas diretrizes e tiveram início pela caracterização e análise da realidade atual do Município, seus núcleos urbanos, povoados e assentamentos rurais, bem como da inserção regional do Município. A partir dessa análise foram identificados os fatores facilitadores e limitantes ao desenvolvimento municipal e urbano, as principais especificidades de cada localidade, as tendências de desenvolvimento local e regional e as demandas atuais e potenciais por parte dos diferentes segmentos e atores presentes no Município e região, bem como os principais problemas percebidos pelas diferentes comunidades residentes.

Ficaram evidentes os seguintes aspectos:

- ◆ O grande potencial hídrico e agrícola pode favorecer o fortalecimento e diversificação das atividades agropecuárias, desde que haja políticas públicas de apoio efetivo aos produtores rurais. A variação cambial, entretanto, pode reduzir a rentabilidade das atividades rurais;
- ◆ A expansão das atividades agrícolas deve ser feita com critérios bem definidos de respeito à qualidade ambiental, a fim de se evitar a degradação das áreas ambientalmente frágeis e se prevenir a poluição dos mananciais hídricos com agrotóxicos;
- ◆ A proximidade de Palmas e a localização estratégica pode fortalecer Porto Nacional como pólo abastecedor de produtos hortifrutigranjeiros para a região;
- ◆ A possibilidade de implantação de pátio de carregamento da Ferrovia Norte-Sul amplia as oportunidades de fortalecimento da posição de pólo microrregional de Porto Nacional;

- ◆ A hidrovía Tocantins poderá complementar o sistema de escoamento da produção regional, fortalecendo Porto Nacional como pólo distribuidor de insumos e de produtos;
- ◆ A construção de Palmas reduziu a importância regional de Porto Nacional e levou a uma desaceleração do seu crescimento econômico. A fim de evitar a dependência crescente em relação à capital, correndo o risco de se tornar uma cidade-dormitório, é preciso o estabelecimento de uma relação de parceria e complementaridade com Palmas para a exploração racional das oportunidades de desenvolvimento microrregional;
- ◆ A criação do lago demanda o estabelecimento de ações articuladas entre os municípios limítrofes, sugerindo a formação de um Comitê Gestor que trate das questões de interesse comum de proteção ambiental e de exploração racional das alternativas econômicas e turísticas oferecidas por ele;
- ◆ O patrimônio histórico-cultural de Porto Nacional, que já evidencia sinais de descaracterização, deve ser recuperado e valorizado como parte da memória da Cidade;
- ◆ A grande quantidade de parcelamentos e imóveis sem registro exige um esforço efetivo de regularização de sua situação fundiária;
- ◆ Os vazios urbanos são muito expressivos, o que dificulta a implantação e manutenção de infra-estrutura básica, equipamentos urbanos e comunitários e serviços públicos. É necessário adotar medidas efetivas de estímulo à ocupação desses vazios para melhor estruturação do tecido urbano;
- ◆ Não se percebem graves problemas de déficit habitacional. Entretanto, há casos de habitações precárias em alguns trechos da Cidade. Devem ser envidados esforços para a superação dessa precariedade;
- ◆ Um dos grandes problemas de todos os núcleos urbanos de Porto Nacional é o saneamento básico. Não há rede de esgotamento sanitário e de drenagem pluvial em quase todas as localidades. A superação desse problema resultará não apenas na melhoria das condições de habitabilidade, mas também em melhores níveis de saúde pública;
- ◆ O sistema viário da sede municipal é absolutamente desestruturado, uma vez que os diversos parcelamentos não se preocuparam com a articulação de suas ruas e avenidas com a trama viária já existente. É preciso um esforço de engenharia viária para a hierarquização do sistema viário, a implantação de calçadas, de ciclovias e de separação do tráfego de passagem, que hoje corta a Cidade ao meio, no sentido norte-sul, da circulação de pessoas e veículos no nível local;
- ◆ O sistema de saúde dispõe de estrutura física satisfatória e profissionais competentes. Entretanto, as equipes de saúde ainda não são em número suficiente para atender toda a demanda, principalmente ao considerar que Porto Nacional atende também a diversos municípios circunvizinhos;
- ◆ Como pólo educacional de tradição histórica, Porto Nacional oferece boas oportunidades de estudo e de capacitação profissional para a população. Entretanto, percebem-se diferenças no nível do ensino para as diferentes

classes sociais e Instalações físicas inadequadas ou improvisadas em algumas escolas. Além disso, há insuficiência de equipamentos, material pedagógico e instalações especiais para a prática de atividades extra-curriculares;

- ◆ O grande número de cursos superiores gera um movimento migratório de estudantes e professores que estimula a economia local. Entretanto, a falta de estrutura para o funcionamento de alguns desses cursos pode levar ao seu não reconhecimento e à precarização da educação;
- ◆ As normas de uso do solo são insuficientes para o disciplinamento da ocupação urbana e levam à segregação social. A infra-estrutura urbana e os serviços públicos são precários, não há equipamentos de esporte e lazer suficientes e o consumo de drogas tem levado ao aumento da violência urbana;
- ◆ A proximidade de Palmas tem levado a população de Luzimangues e de alguns assentamentos rurais a estabelecer relações de dependência com a capital do Estado muito mais efetivas do que com a sede municipal. No caso de Luzimangues, há um dispositivo da Constituição Estadual que determina a sua incorporação de sua área urbana a Palmas como área de expansão urbana. O município de Porto Nacional está trabalhando para modificar esse dispositivo;
- ◆ O envolvimento político da sociedade no processo de planejamento e gestão ainda é muito reduzido e se percebe a apatia de algumas comunidades para participar dos debates sobre os problemas do Município. Outros segmentos sociais, entretanto, ressentem-se do desrespeito à população por parte do Poder Público, em relação à tomada de decisões sem consultar as comunidades interessadas;
- ◆ Existe uma queixa recorrente da não existência de políticas públicas adequadas nos níveis estadual e federal para os diversos setores da economia, assim como de políticas sociais para melhoria da qualidade de vida da população;
- ◆ É clara a necessidade de se atrair investimentos privados com vistas ao estabelecimento de parcerias com o Município para ações de desenvolvimento, assim como da institucionalização de consórcios intermunicipais para viabilizar projetos integrados nas áreas de interesse comum da região;
- ◆ As especificidades de cada localidade, levantadas isoladamente ou agrupadas por contigüidade ou similitude, evidenciam como temas recorrentes em praticamente todas elas as questões relacionadas com o saneamento ambiental, a reivindicação por melhores serviços de educação, saúde, transporte, segurança pública e por equipamentos e oportunidades de lazer;
- ◆ É absolutamente nítida a dependência dos bairros em relação ao centro da Cidade, decorrente da má distribuição dos equipamentos urbanos e comunitários, do comércio e serviços, altamente concentrados na área central;
- ◆ As reivindicações dos bairros de população de classe média são completamente diferenciadas das dos bairros periféricos da Cidade. Da mesma forma, as preocupações da população urbana são claramente distintas das da rural, destacando-se nesta última a prioridade por educação, saúde e por

condições adequadas para a produção e comercialização dos produtos, a demanda por mais assistência técnica, possibilidades de mecanização, conservação das estradas e acesso ao crédito;

- ◆ Por fim, as reivindicações nem sempre guardam correlação direta com os problemas destacados como os mais importantes, ou porque as aspirações da população não são tão pragmáticas ou pela pouca percepção da igualdade de direitos e da importância do papel reivindicatório das comunidades.

A análise da situação atual e das principais tendências de desenvolvimento municipal e regional levou à construção de quatro cenários prospectivos alternativos para Porto Nacional:

- ◆ **Cenário Tendencial** - denominado Cenário de Acomodação, segundo o qual as tendências de desenvolvimento municipal e urbano atualmente verificadas continuarão existindo, sem alterações significativas. A manutenção do atual modelo de desenvolvimento poderá levar ao agravamento dos problemas municipais, pelo não aproveitamento das potencialidades e oportunidades observadas;
- ◆ **Três Cenários Contrastados:** o de Expansão Agrícola e Educacional, o de Estagnação Econômico-Social e o de Diversificação Econômica e Valorização Cultural - qualitativamente distintos, admitem a ocorrência de mudanças na evolução das atuais tendências. Desenhando três situações diferentes, deixam claro que a prática do planejamento estratégico ou a falta dele podem melhorar ou agravar, as tendências identificadas no Cenário Tendencial.

Da análise coletiva das quatro alternativas, o Cenário de Diversificação Econômica e Valorização Cultural, com alguns ajustes e complementações, foi selecionado como o cenário desejado, a partir do qual se formularam as propostas deste Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional.

Foi, então, definido como objetivo central para o município de Porto Nacional:

Porto Nacional recupera importância cultural e econômica no cenário estadual mediante:

- ◆ **fortalecimento de sua vocação agropecuária e ampliação do parque agroindustrial;**
- ◆ **consolidação como pólo hortifrutigranjeiro regional;**
- ◆ **estruturação como centro de excelência em educação;**
- ◆ **valorização do patrimônio histórico-cultural e turístico;**
- ◆ **incentivo ao combate à fome e à exclusão social.**

Para o alcance desse objetivo, foram estabelecidas 15 linhas estratégicas, cuja implementação deverá ocorrer por meio de programas de ações específicos para cada uma delas, identificados e organizados de acordo com o seu encadeamento seqüencial lógico.

As Linhas Estratégicas propostas são:

- LE 1. Modernização, diversificação e verticalização das atividades agrícolas e pecuárias.**
- LE 2 – Exploração racional e sustentável da potencialidade econômica e turística do lago.**
- LE 3. Desenvolvimento sustentável do turismo cultural e de natureza.**
- LE 4. Proteção do meio ambiente.**
- LE 5. Oferta de excelência em educação nas várias áreas do conhecimento, particularmente as ligadas à vocação econômica regional.**
- LE 6. Melhoria da qualidade da saúde.**
- LE 7. Qualificação do espaço urbano, de forma a eliminar a segregação sócio-espacial e valorizar as áreas verdes.**
- LE 8. Recuperação e valorização do patrimônio urbanístico e arquitetônico do núcleo histórico.**
- LE 9. Implementação de política habitacional efetiva.**
- LE 10. Melhoria do saneamento ambiental.**
- LE 11. Melhoria dos serviços de energia elétrica, iluminação pública e comunicações.**
- LE 12. Implantação de sistema de circulação e transporte eficiente e moderno.**
- LE 13. Melhoria da segurança pública.**
- LE 14. Modernização da gestão pública.**
- LE 15. Participação da sociedade no processo de planejamento e gestão e de controle social.**

O ordenamento territorial de Porto Nacional deve ocorrer por meio do macrozoneamento e do disciplinamento e controle do uso e ocupação do solo nas do Município.

As Macrozonas definidas para Porto Nacional são as seguintes:

- ◆ Macrozonas Urbanas – MU;
- ◆ Macrozona de Proteção Ambiental – MA;
- ◆ Macrozona Rural -MR

Como macrozonas urbanas, são propostas as seguintes áreas:

- ◆ sede do Município – Macrozona Urbana 1 – MU 1;
- ◆ sede do Distrito de Luzimangues - Macrozona Urbana 2 – MU 2;
- ◆ Distrito Agro-industrial de Porto Nacional - Macrozona Urbana 3 - MU 3;
- ◆ povoado Escola Brasil - Macrozona Urbana 4 - MU 4;
- ◆ povoado Nova Pinheirópolis – Macrozona Urbana 5 - MU 5.

Define-se uma Macrozona de Proteção Ambiental, correspondente à APA Lago de Palmas e uma Macrozona Rural, composta pelo restante do território municipal, destinado às atividades agropecuárias, extrativas minerais e de agroindústrias.

A proposta urbanística para a sede municipal está estruturada a partir de algumas diretrizes básicas:

- ◆ eliminação da fragmentação do tecido urbano e da segregação sócio-espacial;
- ◆ reaproximação da Cidade ao rio/lago, com aproveitamento da orla para o lazer e entretenimento da população e para uso turístico;
- ◆ valorização do núcleo histórico e estabelecimento de uma área de transição entre ele e o restante da Cidade;
- ◆ recuperação das nascentes e das Áreas de Preservação Permanente ao longo dos cursos d'água, como parques lineares e pulmão da Cidade;
- ◆ hierarquização do sistema viário e separação do tráfego local daquele de passagem pelas rodovias;
- ◆ oferecimento de novos espaços culturais, comerciais, esportivos e de lazer para a população.

O presente documento apresenta, na sua parte final, indicações básicas para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana, comentando sua finalidade, a estrutura organizacional proposta, os instrumentos de planejamento de que deve dispor, o Sistema de Informações Municipais para a tomada de decisão, os mecanismos para o monitoramento e avaliação dos resultados e para a gestão democrática do processo de desenvolvimento sustentável a ser alcançado com a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional.